

# EDUCAÇÃO, SOCIOLOGIA E CURSINHOS POPULARES

ENTREVISTA COM DULCE WHITAKER

**Dulce Whitaker** é professora da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCLAr / UNESP. Graduada em Ciências Sociais (UNESP), ela realizou estudos de Mestrado e Doutorado em Sociologia na USP, além do Pós-Doutorado na Universidade de Oxford (Inglaterra). Autora de vários estudos e pesquisas (livros, artigos, capítulos), Whitaker trabalha, basicamente, com temas relacionados a cultura, ideologia, Sociologia da Educação e Sociologia Rural. Antes da carreira docente em universidade pública, ela trabalhou em cursinhos: nossa conversa tratou justamente da inter-relação entre as atividades acadêmicas (pesquisas em Sociologia) e a discussão sobre o cenário educacional brasileiro em suas dimensões políticas e sociais. A entrevista foi realizada em maio de 2013 na FCLAr / UNESP. Decidimos manter o caráter da oralidade na transcrição da fala da Professora Whitaker.

\* \* \*

**CIMEAC:** *Como surgiu o interesse pelo tema dos cursinhos populares? Como a senhora define, hoje, este conceito de “cursinho popular”?*

**Dulce Whitaker (D. W.):** Quando fiz Mestrado, estudei os vestibulares. Mas não estudei o vestibular em si, estudei os vestibulandos. Eu tinha uma preocupação muito grande com a questão do capital cultural: eu percebia que os alunos dos cursinhos e dos colegiais onde eu dei aula tinham séria deficiência de capital cultural, mesmo sendo de classes médias e altas. Configurava-se uma situação diferente daquela estudada na França pelo Bourdieu e pelo Passeron, que associavam mecanicamente o capital cultural à condição de classe. No Brasil não era assim, e eu acredito que nem seja ainda. Então, eu mostrava no meu Mestrado essa deficiência de capital cultural já dentro da universidade, como resultado da nossa ruralidade. Foi justamente aí que eu comecei a estudar Sociologia Rural, tentando entender essa ruralidade. Fiz o meu Doutorado em Sociologia Rural estudando a questão da ideologia e da cultura na zona rural e principalmente o controle ideológico sobre o trabalhador da cana, tal como era realizado na época pelas usinas. Mas isso é uma longa história, um outro tema...

**CIMEAC:** *De que forma essas categorias do Bourdieu-Passeron ajudam a entender a complexidade do cenário brasileiro? Como autores franceses, de*

*que modo essas referências entram nas pesquisas desenvolvidas pela senhora no Brasil? Acho que esta é uma questão interessante, porque, como a senhora já adiantou, as análises dos franceses não podem ser aplicadas mecanicamente, totalmente...*

**D. W.:** Não. No meu Mestrado eu mostro isso. Para lidar com as teorias do Bourdieu, é preciso adaptá-las à realidade brasileira. Ele lida, na França, com uma escola domesticadora; no Brasil, naquele momento, havia uma população que permanecia muito pouco tempo na escola – a população domesticada, oprimida ou explorada, digamos assim. Esta população permanecia muito pouco tempo na escola tanto do ponto de vista da carga horária como do ponto de vista do número de anos. Não é a escola a principal agência domesticadora. Portanto, há outras agências que controlam ideologicamente as classes subalternas. A teoria do Bourdieu é importantíssima, eu trabalho com ela até hoje: mas ela deve ser adaptada. Não podemos aplicar as teorias da reprodução na escola brasileira sem uma reflexão sobre as nossas especificidades. A ruralidade entra no seguinte sentido: no Brasil, há um forte preconceito contra o rural, em todas as instâncias – desde as novelas da Globo até a mídia e principalmente as Ciências em geral, a Sociologia e a Educação. A escola, a educação escolar brasileira, é urbanocêntrica: ela não leva em conta os conhecimentos, as práticas, a sabedoria; ela não valoriza o mundo rural. Os alunos da zona rural estão em defasagem, não por serem menos inteligentes, mas porque a escola não avalia aquilo que eles realmente sabem. Não se faz muito para corrigir isso. No caso de Araraquara, houve cursinho popular na zona rural, como reivindicação do Orçamento Participativo na época do prefeito Edinho. Houve dois cursinhos: um foi na Fazenda Monte Alegre e outro, na Bela Vista, que são assentamentos de reforma agrária. Esses cursinhos duraram muito pouco, foram fechados: não existe uma política de levar o conhecimento que dá resultados sociais importantes para os adolescentes da zona rural.

**CIMEAC:** *Mas estes cursinhos foram levados como política pública ou foram iniciativas...*

**D. W.:** Foram levados como política pública da prefeitura. Eu cheguei a realizar um estudo sobre um deles. Tenho um texto, publicado na *Revista Brasileira de Orientação Profissional*,<sup>1</sup> em que discuto os cursinhos. Este texto pode ajudar a entender um pouco melhor essa questão da ruralidade. Para entender a questão da ruralidade, seria importante a leitura do meu Mestrado, já que nele trabalho a idéia da valorização e desvalorização do rural.

---

<sup>1</sup> WHITAKER, Dulce. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 11, 2010.

**CIMEAC:** *Como a senhora analisa o papel dos cursinhos populares no cenário educacional brasileiro? Pergunto isso, porque o cursinho popular parece um fenômeno específico do nosso país...*

**D. W.:** O cursinho em si já é um fenômeno específico do nosso país. O cursinho é o maior atestado da falência da escola, tanto pública como privada. O aluno da escola privada também precisa fazer cursinho para passar no vestibular. Então, não é a escola pública que é pior ou a particular melhor: a escola particular também vende um produto que ela não entrega. Eu criei a expressão “efeito cursinho”: a maioria dos alunos, para entrar em Medicina, por exemplo, faz dois ou três anos de cursinho. Em quase todos os cursos, mesmo nos de baixa procura, há porcentagens de vestibulandos que fizeram cursinho. Veja bem: o cursinho, que é uma “anomalia” do sistema educacional (ele não existe no sistema, já que é uma invenção paralela), tornou-se uma normalidade. Todos os alunos que terminam o colegial e pretendem entrar em uma boa universidade, seja ela pública ou privada, precisam do cursinho, porque há um “efeito cursinho”. Meu ponto de vista é um pouco polêmico, mas é o seguinte: além de uma anomalia, o cursinho é uma prática totalmente antipedagógica (métodos, modos de dar aula, avaliação, “aula-show”, o “professor que sabe”): nada tem a ver com tudo aquilo que se estuda em Pedagogia e em Educação...

**CIMEAC:** *Tanto no popular quanto no privado?*

**D. W.:** No popular, eu encontrei algumas nuances muito interessantes. O cursinho é uma coisa horrível (posso dizer isso, porque já dei aula em cursinho...): é o professor que sabe, o aluno que não sabe, a memorização, o aluno passivo – o que o Paulo Freire chama de “educação bancária”, com o professor inventando formas sensacionalistas para prender a atenção dos alunos. O cursinho é antipedagógico, os métodos são antipedagógicos, as aulas são farsas: mas, já que ele é usado pelas elites e funciona, ele tem um “efeito” – e isso é um paradoxo: ele deve ser estendido a todas as classes sociais, porque ele é o caminho...

**CIMEAC:** *É a extensão da anomalia...*

**D. W.:** Sim. Historicamente, as classes subalternas sempre se apropriam daquilo que a elite inventa. O carnaval é um bom exemplo. Então, as classes subalternas precisam se apropriar do próprio cursinho para assimilar as estratégias que ajudam a passar no vestibular.

**CIMEAC:** *O aumento do nível de complexidade em alguns aspectos relacionados à própria prova de acesso aos cursinhos pode ser outra estratégia...*

**D. W.:** Eu acho que os cursinho populares não poderiam ter barreiras. Por exemplo: o critério socioeconômico. Se os demandantes do cursinho obedecem àquele critério de baixa renda, eles todos deveriam entrar. Não haveria necessidade de prova para decidir quem são os melhores. Ou seja, aí já começa um paradoxo. O cursinho popular atende àqueles que estão excluídos, aqueles que não podem fazer um cursinho pago: ainda assim, é realizado um exame para ver quais são os melhores. Devemos batalhar para eliminar isso. Outra coisa: a pessoa só pode fazer dois anos de cursinho. Por quê? Se o filho do rico faz quatro anos para entrar na Medicina, por que o menino da zona rural e da periferia deve desistir? Eu acho que, se é popular, ele realmente deve ser popular. Há experiências interessantes: eu orientei o Mestrado do Diego [da Costa Vitorino – “O Cursinho Pré-Vestibular para negros e carentes da ONG FONTE” – FCLAr/UNESP, 2009] sobre um cursinho para afrodescendentes. Naquele cursinho, havia (não sei se ainda há) uma vertente interessante: a História da África e o combate ao racismo e à discriminação. Então, há uma introdução, no cursinho popular, de um elemento de conscientização: é a tal ideia da “brecha”. Em Ribeirão Preto também há um cursinho interessante na USP, com aulas de Filosofia. Acho que o cursinho popular deve ter um diferencial: ele não pode ser aquele cursinho das elites, com aquele ritmo alucinante, com a mesma lógica, com o objetivo de competição... Ele deve ser realizado em dois ou três anos, em ritmo lento, aproveitando-se para fazer uma crítica ao vestibular. Assim, é possível aumentar a autoestima – fiz pesquisas entre os alunos do assentamento, por exemplo, e eles diziam: “a gente não entra, a gente não consegue passar no vestibular”. Eu pergunto: não vai passar por quê? Acho que é isso que falta...

**CIMEAC:** *O aluno acha que não vai passar, mas continua no cursinho...*

**D. W.:** Ele continua, porque o cursinho está ali. Aliás, fecharam os cursinhos da zona rural. Disseram que haveria ônibus para que os alunos viessem à cidade, mas à noite. O menino que trabalha o dia todo com o pai na roça vai pegar ônibus à noite para fazer cursinho na cidade? Assim mesmo, há uma porção de meninos e meninas dos assentamentos que estudaram em faculdades, em cursos de baixa procura (Pedagogia, Ciências Sociais etc.) até mesmo em universidade pública.

**CIMEAC:** *Mas esse acesso de participantes dos cursinhos sempre ocorre via cursos menos elitizados, não é?! Não há aquele aluno que passa em Medicina...*

**D. W.:** Eu não conheço casos assim, mas não acho impossível. Se o cursinho popular oferecesse a chance de o menino estudar três ou quatro anos, como o filho da classe média, por que não? Por que ele não entraria em Medicina, ainda mais agora com as cotas? Acho que o cursinho popular é uma política bem vinda. Critico o cursinho, já que a prática não é pedagógica, mas ele é um caminho (no caso brasileiro). E isso é um paradoxo.

**CIMEAC:** *A respeito das práticas pedagógicas dentro de projetos e grupos que se estruturam independentemente (práticas que trazem aspectos como a cultura africana ou outros que inserem Filosofia): nesse movimento de, a um só tempo, trazer a crítica e enquadrar-se no mecanismo de acesso ao vestibular, não deveriam ser pensadas práticas pedagógicas específicas para os cursinhos populares? No comercial há coisas muito bem delimitadas, mas no popular há a preocupação com a consciência do sujeito e seu papel na sociedade. O cursinho popular ganha, por assim dizer, esse diferencial?*

**D. W.:** Sim, essa é a melhor estratégia. Aqui na Bela Vista, com os alunos da Graduação [alunos da FCLAr/UNESP] que ministravam aulas, havia estudos do Método Paulo Freire. O trabalho era baseado nas teorias do Paulo Freire. Isso era um diferencial: através da pedagogia do oprimido, o professor pode discutir com o aluno a questão de opressão.

**CIMEAC:** *Práticas pelas quais é possível uma leitura/interpretação de texto, por exemplo, tomando como base essas propostas teóricas e metodológicas...*

**D. W.:** Sim, uma prática pedagógica diferente, que não é baseada na violência simbólica, mas busca conscientizar os alunos de que eles não são incapazes. Eles tem uma prática valiosa na zona rural, mas essa prática não é o melhor conteúdo para o vestibular. Muitos dos alunos que não passaram no vestibular, entraram em Escola Técnica, em concursos, empregos. O cursinho popular não precisa ser, necessariamente, para ingresso na faculdade: ele pode ser um auxílio da prefeitura e do Estado para que o adolescente da zona rural tenha algo que lhe permita uma vida melhor.

**CIMEAC:** *Já que o nome cursinho é vendido à sociedade como maneira de acesso à universidade, quando se diz “cursinho popular” as pessoas chegam justamente com esse intuito. Mas, no processo, você nota outras alternativas: concurso público ou mesmo uma consciência mais clara, por exemplo, sobre*

*as situações geradas no próprio emprego. Ou seja, são alternativas que surgem da própria vivência do processo nos cursinhos.*

**D. W.:** Exatamente. O cursinho popular não pode ser pensado como aquela máquina que “joga gente na universidade”. Ele deve ser pensado como estratégia das classes subalternas para que elas possam penetrar, de alguma forma, no sistema educacional por meio das brechas. Se o cursinho, embora popular, colocar barreiras, ele inviabiliza seu próprio papel. Nesse sentido, os professores de cursinhos populares devem tomar consciência de que eles estão em outro tipo de projeto.

**CIMEAC:** *Os professores que participam dos cursinhos populares encontram ali um espaço privilegiado para discussão de sua própria profissionalização? A respeito dessa participação, qual influência a senhora vê na formação do próprio professor?*

**D. W.:** O fato de passar por um cursinho popular, desde que ele possua um projeto mais democrático, alarga a visão de mundo do professor. Mesmo que ele vá à universidade ou vá trabalhar em uma escola particular, ele vai com outra perspectiva. Ele já não vai com aquela visão bancária da educação. Ele percebe a necessidade de trabalhar de outra forma. Há experiências dentro das próprias universidades: na UFSCar há a Pedagogia da Terra, e temos o curso de Geografia em Presidente Prudente [UNESP] – cursos voltados para a demanda de alunos da zona rural, dos assentamentos de reforma agrária. O CUCA [FCLAr/UNESP] parece aprovar bastante. É uma luta: são criados mecanismos de ações afirmativas aos adolescentes das classes exploradas dentro das universidades, mas, ao mesmo tempo, são criadas estratégias para impedir o acesso. O aluno estuda, mas presta o ENEM – o que é um horror, já que se tornou difícil. O aluno do cursinho privado é preparado, ele possui estratégias; o aluno do cursinho popular não tem essas “manhas”, como se diz. Ele vem de outra formação. As barreiras, assim, ficam enrijecidas, ao passo que a ideologia proclama a criação de justiça social: são criadas ações afirmativas, mas as barreiras são reafirmadas por meio da complexidade das questões apresentadas hoje pelo ENEM.

**CIMEAC:** *Como política de ação afirmativa, a USP, por exemplo, discute a questão do PIMESP. O cursinho corre no sentido dessas ações afirmativas ou ele é diferenciado de tudo isso por suas próprias bases ideológicas? A senhora conhece o projeto de cotas da USP?*

**D. W.:** Isso depende de cada cursinho popular. Cada um com suas características. A ideia [do PIMESP] de que o aluno das cotas deve ficar dois anos em preparação para a entrada na universidade é nazista. Isso é nazismo,

porque se cria uma categoria inferior. Não é nem fascismo. É nazismo. “Você vai entrar na universidade, mas você é inferior: então, você fica aí em preparação”. Então ponham todo mundo para ficar dois anos! Isso só podia ser do PSDB. Nem o PFL ousaria tanto. Mas acho que essa medida não passa.

**CIMEAC:** *Muitos cursinhos populares são procurados por alunos que pretendem exclusivamente o ENEM, já que o alvo deles é o ProUni. Acho que surge, então, outro dilema: como um projeto político engajado (cursinho popular) pode receber um aluno que será preparado exclusivamente para um programa que retira o aluno da própria universidade pública, como o ProUni?*

**D. W.:** Acho que o grande problema é o ENEM. O governo conseguiu piorar o que já era ruim nos vestibulares. Muitos intelectuais ainda defendem o ENEM: o aluno da Amazônia, por exemplo, pode estudar em São Carlos, um polo tecnológico... Ele pode entrar, mas quero ver o aluno conseguir dinheiro para a viagem e a permanência na cidade de São Carlos. O ENEM contraria todas as teorias de currículo: os currículos deveriam ser baseados nas culturas (o Brasil é um mosaico de culturas) – como é possível aplicar o mesmo exame, do Oiapoque ao Chuí, para todas as classes sociais? Se alguém da Amazônia entrar em São Carlos, será o filho do seringueiro, do juiz, do médico, do governador. Não será o ribeirinho. O ENEM é um equívoco! Então, o candidato pobre opta pelo ProUni.

**CIMEAC:** *A própria discussão sobre o ENEM, portanto, é um tópico importante para discussão nos cursinhos populares...*

**D. W.:** Sim. Quando se constroem barreiras, não há solução. O ENEM, portanto, não é democrático. Democrático seria abrir as portas da universidade para que entre quem quiser. O ENEM não pode ser democrático: ele poderia ser menos perverso se tivesse uma concepção mais ao alcance do Ensino Médio. Mas, veja, em 2012 caíram questões que nem os professores dos grandes cursinhos conseguiram resolver rapidamente, como aquela relativa ao filósofo Kant. Uma questão absurda se pensarmos na idade e formação dos candidatos do ENEM. Acho, enfim, que o cursinho popular é uma bela política de ação afirmativa. Do ponto de vista pedagógico, o cursinho é uma anomalia! No entanto, ele é o caminho: ele pode ser humanizado pelas práticas conscientizadoras. São formas de utilizar práticas de elitização para dar acesso a várias categorias sociais, diminuindo o caráter antidemocrático da universidade brasileira: e esse não é apenas problema da universidade pública, mas da própria universidade como terceiro patamar do ensino – o que a coloca fora do alcance da maioria.

- ✓ *Entrevistadores:* Danilo Seithi Kato, Leonardo Basso de Oliveira.
- ✓ *Elaboração da entrevista:* Dailson Soares de Rezende, Danilo Seithi Kato, Felipe Ziotti Narita.

